

ZANELLA, José Luiz¹. *O trabalho como princípio educativo do ensino*. 2004. 311f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

Este estudo tem como objetivo analisar as determinações do trabalho e do mundo do trabalho no ensino escolar público. Mostra, a partir da filosofia da práxis, que a defesa da centralidade do trabalho está relacionada a defesa do ensino e da ciência ao mesmo tempo. Para tanto, a análise busca explicitar os pressupostos teórico-metodológicos da filosofia da práxis, mostrando que a defesa do ensino do concreto como sendo o ensino do conceito, este entendido como sendo o conceito científico e filosófico, pressupõe, para o professor, clareza ontológica, antropológica, epistemológica e de práxis. A defesa do ensino a partir da defesa do trabalho, neste estudo, expressa uma primeira aproximação de crítica as tendências de ensino denominadas de “ensino reflexivo”, “professor pesquisador” e “construtivistas”. Mostra que estas tendências de ensino negam a centralidade do trabalho, ao mesmo tempo que negam o ensino da ciência na perspectiva da filosofia da práxis e articulam-se com o trabalho flexível da reestruturação do capitalismo. São, portanto, tendências do ensino do capital que expressam uma visão de mundo neoliberal e, na maioria dos casos, pós-moderna. A ênfase da tese consiste em investigar o processo de trabalho a partir da “teoria do valor”, primeiramente no pensamento de Ricardo e, depois na constituição da filosofia da práxis em Marx. A pesquisa científico-filosófica de Marx sobre o processo de trabalho nas suas diferentes mediações e dimensões, bem como a forma da organização do trabalho numa determinada sociedade, é crucial para a apreensão do que seja o homem como ser de trabalho e das formas que o processo de trabalho assume na sociedade capitalista. Com base em Marx, torna-se possível a historicização da categoria trabalho no desenvolvimento da sociedade capitalista. Na perspectiva do materialismo dialético faz-se uma breve análise do trabalho no século XX demarcando sua passagem – em processo – do fordismo ao pós-fordismo no sentido de verificar que há uma tendência positiva de avanço da tecnologia enquanto materialização das ciências nas atividades produtivas. Este avanço está na tendência de ampliação do trabalho imaterial que traz consigo exigências de qualificação tecnológica. Mas, estas transformações do processo de trabalho ocorrem na lógica de desenvolvimento da sociedade capitalista. Ampliam-se as contradições entre riqueza produzida e exclusão social e entre a possibilidade concreta de trabalho livre emancipador e trabalho flexível precarizado. Permanece a alienação do trabalho e a classe que vive do trabalho vê-se cada vez mais fragmentada. Estas determinações do trabalho trazem determinações a escola pública através de diferentes mediações. Na ótica do capital, a escola pública restringe-se a formar o trabalhador coletivo para atender as demandas do processo produtivo tal como requer a organização do trabalho. No pós-fordismo, trata-se de formar o trabalhador polivalente. Na ótica da classe trabalhadora, a escola pública tem no trabalho concreto industrial mais desenvolvido seu princípio educativo. A formação requerida é omnilateral, tecnológica, de emancipação humana e social. A presente tese retoma e reafirma os postulados da filosofia da práxis sobre as relações entre processo produtivo, escola e ensino para mostrar que o ensino do concreto ocorre como uma atividade no e do pensamento, pela mediação do trabalho como princípio educativo.

Notas:

¹ Professor de Filosofia da Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão-PR. Tese elaborada sob a orientação do Professor Dr. José Luis Sanfelice. E-mail: zanellazl@hotmail.com.

Recebido em: 09/2014

Publicado em: 02/2015.